

ATA N.º 04/XII/2019

Reunião Pública de 27/02/2019

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezanove, na Sede do 1º de Maio Futebol Clube Sarihense, pelas vinte e uma horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Daniel Vaz Figueiredo, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Vivina Maria Semedo Nunes, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, Filomena Maria da Silva Magalhães Ventura e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foi discutido o ponto infra indicado de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. CONTRATO-PROGRAMA 2019 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO 6

O Sr. Presidente deu nota de que, como é habitual, aquando das reuniões descentralizadas é costume fazer-se uma visita à Freguesia e o contato com a Junta de Freguesia, mas por não ter havido oportunidade das partes envolvidas entendeu-se que não se devia deixar de fazer a reunião, e assim que for possível far-se-á então essa ação que habitualmente fazem conjuntamente com a Junta de Freguesia de se verificar algumas situações que considerem importantes discutirem em conjunto.

Foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. José Francisco Pereira – Disse que o que o fez vir a esta reunião foi a questão das lombas que existem nas estradas, na sua opinião, Portugal é o País campeão das lombas, que não se vêem noutros países e não as entende como lombas, dando como exemplo, uma que está próxima do local da reunião que, pensa, não se poder considerar uma lomba mas um entrave à circulação porque uma lomba, é por exemplo como existe em Setúbal, na Avenida do Bocage, uma vez que existem muitas pessoas e há muito comércio colocaram umas verdadeiras lombas que não terão mais de 5 cm e não terminam a pique, como a que atrás referiu que é horrível e ainda colocaram no local uma passadeira, com limite de 30 km quando se podia andar a 50 Km no mínimo. Mais acrescentou que a questão não se coloca só naquele local, existindo em várias estradas do Concelho, por exemplo, do Montijo até Setúbal faz-se uma circulação normal, sem lombas e os carros seguem bem. No corrente mês, um carro na lomba do Gaio partiu a suspensão e rebentou um pneu, porque no local as pessoas são quase obrigadas a parar, a perder tempo, a gastar combustível e a poluir porque o carro tem de voltar a arrancar, a referida lomba tem uma passagem para peões, sendo que no local não passam peões, porque se trata de uma estrada que não tem quase movimento nenhum e tem mais lombas pequenas, na sua opinião é uma falta de respeito e abuso de autoridade colocarem tantas lombas. Ao dizerem que as pessoas andam depressa demais, considerou que chamam estúpidas às pessoas que utilizam a referida estrada, quando para si a maior estupidez é colocar as lombas porque como já referiu não se vêem noutros locais, considerando-as mais uma vez um abuso.

Sr. Presidente – Sobre esta matéria disse que as opiniões são o que são, ou seja, todas elas são válidas e devem ser ouvidas mas como, por certo, o Município saberá, existem opiniões completamente opostas à expressada e existem muitas pessoas a pedirem a colocação de lombas em função da perceção de perigo que têm na estrada e das velocidades excessivas e procura-se manter algum equilíbrio entre os pedidos, que por vezes até parecem exagerados, e também as situações objetivas de problemas, em algumas estradas, com excessos de velocidade que se sabem que existem e nesta como noutras matérias existe uma verdade que é incontornável, ou seja, nunca é possível agradar a todos, portanto vai-se procurando usar de algum bom senso e de algum equilíbrio mas não deixam de estar atentos às questões que lhes são colocadas, quer dos que defendem mais lombas, quer dos que defendem a retirada de algumas que existem indo-se avaliando caso a caso perante a situação concreta que se coloca.

Em seguida o Sr. Presidente deu início ao Período da Ordem do Dia

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse querer levantar uma questão que tem a ver com a passagem já de alguns meses sobre o incêndio que ocorreu no Palacete da Fonte da Prata e por isso gostaria de saber qual a sequência da intervenção e da obra que está prevista de restauro do espaço, portanto, em que medida tem havido algum contato da Câmara com a Associação Santa Rafaela, atendendo que é um espaço de património do Concelho e havia um comprometimento da própria Associação de, apesar do incidente, dar continuidade ao projeto.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse querer colocar algumas questões que a população de Sarilhos Pequenos lhes fez chegar e que estão relacionadas com questões de limpeza do espaço público e também lhes fazem sentir que gostariam que a varredora mecânica pudesse deslocar-se à freguesia para fazer a limpeza das ruas. Outra questão que tem a ver com a iluminação, questão esta já colocada em anteriores reuniões noutras freguesias e no caso particular na Estrada do Mocho, sendo necessário também ter em atenção as bermas da referida estrada uma vez que as pessoas fazem muito aquele percurso a pé e utilizam muito aquela via. De seguida, referiu, algo a pensar e que as pessoas lhes têm feito sentir, ou seja, gostariam que o espaço junto à Associação Naval Sarilhense estivesse mais arranjado e talvez se pudesse ir pensando na possibilidade de criação de uma zona verde. Mais acrescentou que estas são situações que a população lhes têm feito chegar e que veio a calhar uma vez que não foi possível fazer uma visita à freguesia, ficando assim as respetivas notas. Por fim, colocou a questão de ter feito seguir duas propostas na quarta-feira da semana anterior e como contava que entrassem no período da Ordem do Dia e verificou que não constavam e como tal gostaria que lhe dissessem algo a respeito.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Informou que era para trazer a esta reunião a questão da Feira da Romaria mas não o fez uma vez que ainda tem que reunir com o Sr. Presidente a fim de conversarem um pouco sobre a questão, até porque também na reunião realizada em Viana do Alentejo comprometeram-se a realizar a Feira da Romaria portanto apesar de faltar alguns acertos é intenção de que em 2019 volte a acontecer esta Feira. Mais informou que a Romaria partirá no dia 24 de abril e não no dia 25, porque têm que partir à quarta-feira.

Informou também que na quarta-feira anterior realizou-se o encontro final do ALA+T, que foi um projeto lançado pelo IPDT e pelo Turismo de Portugal para projetos de Turismo e na análise final o Turismo de Portugal comprometeu-se a apoiar, financeiramente, os três melhores projetos. No encontro final, realizado em Castelo Branco, o projeto da Moita constava nos 17 finalistas, ficando em 5º lugar o que fez com que, infelizmente, não se tenha atingido o objetivo que se gostaria que era o financiamento porque só os três primeiros eram financiados e couberam todos a Câmaras do Norte do País, entendendo que nas questões do turismo há uma tendência para o apoiar fora da Área da Grande Lisboa, porque consideram que Lisboa já tem turismo a mais, não conseguindo perceber que se é verdade que Lisboa tem turismo a mais, provavelmente a margem sul não sofre desse problema. De qualquer forma o projeto apresentado era bastante interessante, havendo intenção de implementar algumas questões do projeto ao longo do tempo, era um projeto baseado num espírito habitual do turismo rural, em que hoje em dia já é normal as pessoas irem fazer turismo e depois irem colher fruta e plantar, ou seja, perceberem como é que as pessoas viviam nesse tempo, a ideia era um pouco esta até porque o nome do referido projeto era “*Be one of us - seja um de nós*”, não do ponto de vista rural, mas sim as pessoas virem e trabalharem, aprenderem como é que se pintava um barco e como se calafetava e por estarem em Sarilhos, onde fica o Estaleiro Naval do Mestre Jaime, considerou que lhe

cabia dar a informação, até porque no dia de hoje a convite de uns jovens da Escola Secundária da Moita, ele próprio juntamente com a Sr.^a Vereadora Vivina acompanharam uma prova da turma de Turismo, no Estaleiro e pelas ruas da Freguesia.

Sr. Presidente – Sobre o Palacete disse haver dois aspetos diferentes, por um lado relativamente à ocorrência, do ano passado, do incêndio o inquérito policial está a decorrer, ainda há poucas semanas a Câmara foi notificada para enviar um representante para prestar declarações sobre a ocorrência e o processo seguirá os seus trâmites, não havendo, por parte da Câmara, mais conhecimento sobre essa matéria. Em relação à intervenção a Fundação Santa Rafaela Maria, por um lado, já iniciou alguns trabalhos de limpeza e remoção de materiais, quer em torno do Palacete nas casas abandonadas que estão em volta que fazem parte da cedência, portanto já iniciou esse trabalho de limpar e preparar uma intervenção futura e de manter sob observação o espaço e estão a decorrer reuniões técnicas entre técnicos da Câmara e técnicos contratados pela Fundação que estão a ultimar o projeto com vista à intervenção e recuperação uma vez que já tinha havido uns estudos iniciais, há cerca de três anos, aquando da primeira cedência que depois teve que se alterar, e agora, os próprios projetos também estão a ser revistos e como o espaço, atualmente, já contempla todas as construções em redor, está a ser tudo isso incorporado no novo estudo que está a decorrer, pensando que não será mais do que alguns meses até que todas estas questões sejam ultimadas, projetos revistos, aprovados e que se possa avançar para uma intervenção que todos desejam, sendo que a parte do início da intervenção não se pode, naturalmente, comprometer porque dependerá, em primeira análise, da capacidade da própria Fundação, a obtenção de candidaturas e de financiamentos que, seguramente, não será um processo fácil.

Sobre as questões relativas à limpeza em Sarilhos Pequenos tem-se declarado, repetidamente, que a Câmara Municipal teve já períodos de maior debilidade na sua capacidade operacional e nas suas intervenções de limpeza, essa debilidade tem vindo a ser reduzida, estando-se hoje com melhores condições e com uma prestação de serviços de melhor capacidade e com maior prontidão do que se estava há dois anos atrás, no entanto não estão todos os problemas resolvidos, continua-se a ter uma forte falta de pessoal, tem-se menos pessoas, não se recuperou, ainda, embora já se tivesse começado a contratar pessoal e a repor as saídas recentes, mas está-se longe de recuperar a perda de pessoal que foi forçosa para a Administração Pública entre 2010 e 2016 e também se tem investido, ou seja, desde 2015 voltou-se a ter capacidade de investir no equipamento, na sua substituição e na sua melhoria, mas ainda assim continua a haver alguns problemas, no entanto, consideramos que tem sido mantido um nível satisfatório de limpeza em todo o território, com algumas situações pontuais que também não têm contribuído para a melhoria da situação, designadamente as deficiências da AMARSUL e da recolha dos Ecopontos tem sido um problema que depois se transvasa para o resto, o facto de os Ecopontos não serem recolhidos com a regularidade desejável faz com que se acumulem resíduos, que estes se espalhem e portanto o problema deixa de ser confinado ao espaço próximo dos Ecopontos e se alargue, e isso em alguns períodos do ano e o exemplo mais evidente disso foi a seguir ao período do Natal e do Ano Novo, durante aquelas duas, três semanas havia “coisas” espalhadas em torno dos Ecopontos e depois algumas dezenas de metros em redor, de forma bastante notória, bastante indesejável.

Sobre a questão da varredora disse que existe uma escala, uma planificação para o trabalho das varredoras que as faz circular, regularmente, por todo o território que está ao seu encargo, não intervêm nalgumas zonas onde existe varredura manual, mas intervêm nas outras zonas e do ponto de vista do trabalho da varredoura considera-se que tem sido bastante satisfatório e é suficiente. Onde existem mais problemas é, de facto, onde a varredura é assegurada, no essencial, manualmente por trabalhadores e onde se verificam faltas, problemas de absentismo, de saúde, problemas que se relacionam não só com a falta de pessoal, com o número inferior àquele que seria desejável, mas tam-

bém com o facto de as pessoas estarem mais velhas, terem uma média etária já adiantada e de isso estar a fazer aumentar os problemas de absentismo é, portanto, um problema com que são confrontados, ou seja, a média de idades nos trabalhadores operacionais ultrapassa largamente os 40 anos o que significa que muitos trabalhadores estão próximos dos 60 anos, um pouco acima, ou um pouco abaixo, e que são naturalmente pessoas que têm problemas de saúde mais acentuados, têm portanto absentismo mais acentuado do que aconteceria com médias etárias mais baixas.

Sobre a iluminação pública, como é do conhecimento quer da Câmara porque foi aprovado na Câmara, quer, já de alguma forma do conhecimento público porque já se tem referido em algumas circunstâncias, vai-se avançar em breve, portanto, está aprovado e a ser preparada a sua execução porque vai-se avançar para um concurso com vista à substituição integral de todas as luminárias de iluminação pública que ainda usam as tecnologias mais antigas, ou seja, as lâmpadas tradicionais, quer de mercúrio, que ainda existem algumas quer sobretudo de sódio, vão ser substituídas integralmente por tecnologia LED e essa substituição irá, por si só, contribuir de forma radical para a melhoria, não só das condições de iluminação, como também para a melhoria da eficiência energética e da diminuição do custo que o Município suporta com este setor. Para além disso, naturalmente, é sempre possível avaliar, caso a caso, algum local onde não seja um problema da qualidade da iluminação existente, mas sim de não existir ou de ser insuficiente a iluminação e aí, pode-se ponderar e avaliar e caso se justifique, instalar mais luminárias.

Sobre a questão da Associação Naval Sarilhense, aquele espaço da estrada de acesso tem-se mantido e tem tratamento, a Câmara faz uma manutenção tão regular quanto possível, no ano passado teve uma intervenção maior de melhoramento, já não só de conservação, mas naturalmente pode sempre necessitar de continuar a haver intervenções, a zona mais próxima e dentro da pequena vedação da Associação Naval Sarilhense, embora com a colaboração da Câmara também compete à Associação fazer, ali, alguma conservação do espaço.

Sobre as propostas, as mesmas foram, de facto, recebidas e serão agendadas numa próxima oportunidade mas dada a sua natureza foi preciso avaliar se estavam reunidas todas as condições para serem submetidas e por esse motivo não vieram a esta reunião.

Sobre as questões colocadas pelo Sr. Vereador Luís Nascimento, disse que, de facto, o projeto faz parte do esforço que se tem vindo a desenvolver para potenciar a nossa atratividade, para apresentar projetos. É um esforço cujos resultados se vão verificando a prazo, não tem resultados imediatos, mas existem razões para estarem otimistas no sentido em que há muita coisa a acontecer e o que foi citado de durante a tarde, o grupo de estudantes do Curso Profissional de Turismo da Escola Secundária da Moita terem escolhido como tema a promoção turística e o Tejo e terem estado a fazer uma visita guiada num estaleiro, em Sarilhos, onde também esteve presente, é um dos exemplos de como estas matérias têm uma atenção crescente por parte das pessoas em geral, da população em geral, o isso irá seguramente dar frutos num futuro, que se espera não muito distante.

Em seguida o Sr. Presidente deu início ao Período da Ordem do Dia

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente.

1. CONTRATO-PROGRAMA 2019 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO

“A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo e instituições sociais como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente complementa e substitui a intervenção do Estado.

Com a crescente desresponsabilização do Poder Central em muitas das suas obrigações constitucionais, tem-se vindo a exigir às autarquias um trabalho redobrado num quadro de enormes dificuldades, de ingerências à sua autonomia administrativa e política, com sucessivos estrangulamentos financeiros e humanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular e Instituições Sociais reconhecendo-os como parceiros privilegiados na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Assim, considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.

2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.

3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

Propomos de acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea o), p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento social, cultural e desportivo, entre o Município da Moita e a seguinte entidade (conforme documentos em anexo):

- União Desportiva e Cultural Banheirense

A participação considerada tem cabimento na seguinte rubrica:

Apoio a Associações Culturais e Desportivas: 17-03.04.07.01.02.99, no valor de 3.000,00€.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. E eu, Alda Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente gravadas em Cassete, ficando as mesmas a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA